

Desempenho produtivo dos agronegócios da formação sócio-espacial do sul catarinense (2003-2016)

Carlos José Espíndola¹

Patrícia Volk Schatz²

RESUMO

A formação sócio-espacial do sul de Santa Catarina foi estruturada por pequenas propriedades e sua agropecuária representou 13,36% do Valor Adicionado Bruto (VAB), do total da agropecuária catarinense, no ano 2019, com participação significativa na produção de arroz (61,1%), no processamento da mandioca (31,1%), de fumo (18,3%), de bovinos (13,1%), de frango (12,2%) e de suínos (6,4%). Desvendar o desempenho produtivo desses agronegócios na dinâmica urbana da formação sócio-espacial do Sul do estado de Santa Catarina pós-2003 é o objetivo deste artigo. Para tanto, trabalhou-se com informações como área plantada, valor bruto da produção, produtividade e participação na pauta exportadora catarinense. Esse desempenho veio acompanhado de alterações significativas nas estruturas produtivas rurais, indicando um processo de expansão, concentração e dispersão da produção, que por sua vez, teve efeito direto na estrutura urbana no que diz respeito à questão geoeconômica.

Palavras-chave: Formação sócio-espacial; Agronegócios; Sul do estado de Santa Catarina; Geoeconomia.

Agribusiness productive performance of socio-spatial formation in southern Santa Catarina (2003-2016)

ABSTRACT

The agribusiness of southern Santa Catarina represents 12.6% of the total Gross Value Added of the State agriculture, with a significant participation in rice production (61.1%), cassava processing (31.1%), tobacco (18.3 %), cattle (13.1%), chicken (12.2%), and pigs (6.4%). The article aims to unravel the productive performance of agribusinesses in the urban dynamics of socio-spatial formation in southern Santa Catarina state after 2003. Thus, there was information about the planted area, gross production value, productivity, and participation in Santa Catarina's export list. The performance came with significant changes in rural productive structures, indicating an expansion process, production concentration, and dispersion, which in turn had a direct effect on the urban structure with regard to geo-economics' issues.

Keywords: Socio-spatial formation; Agribusiness; Southern Santa Catarina State; Geoeconomics.

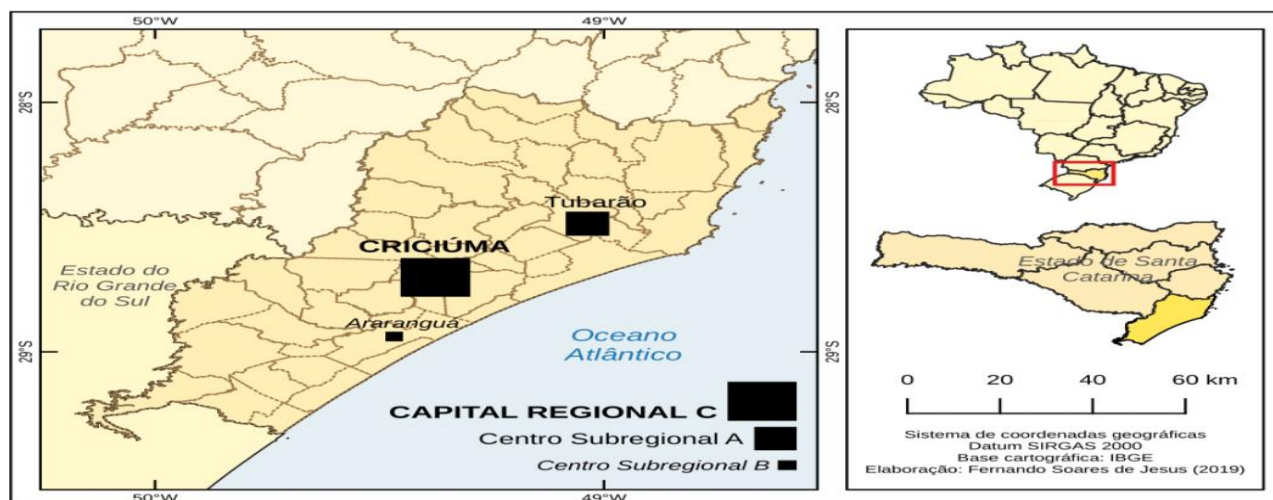
¹ Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Catarina, carlos.espindola@ufsc.br.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Catarina, paty_schatz@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A formação sócio-espacial (FSE) do sul de Santa Catarina, denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990) como mesorregião sul do estado de Santa Catarina, possui uma população total de 925.055 mil habitantes, é composta por 46 municípios agrupada em três microrregiões conforme Figura 1³. As cidades de Criciúma, Tubarão e Araranguá são classificadas pelo IBGE (2013) como capital regional do tipo C, centro sub-regional de tipo A e centro sub-regional de tipo B, respectivamente.

Figura 1- A Mesorregião Sul catarinense



Fonte: IBGE (1990)

Ocupada pelos vicentistas, oriundos da Capitania de São Vicente, no século XVII, pelos açorianos, no século XVIII, e pelos imigrantes alemães e italianos, no século XIX, a formação sócio-espacial do sul do estado teve sua economia assentada na pequena produção mercantil. Nela

³ Os autores deste texto, apesar do reconhecimento das alterações recentes na ortografia da língua portuguesa, adotam a expressão original de formação sócio-espacial proposta por Santos (1977). Apesar de M. Santos afirmar que a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-nação e que a região é uma subunidade, um subsistema do sistema, utilizou-se a categoria para uma escala regional, pois, segundo o próprio autor, os estudos sobre a formação econômica e social possibilitam a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. Ademais, “a análise geográfica dos fenômenos requer a consideração da escala em que eles são percebidos” (CASTRO, 1992, p. 21). Segundo Cunha e Farias (2019, p. 145), “o IBGE apresentou uma nova divisão regional no Brasil vinculada aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil, publicada na década de 1990. As unidades mesorregionais e as microrregionais recebem, respectivamente, os nomes de regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. O recorte dessas incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante”. Nesta seção, foram considerados os novos critérios; porém, foram adotados os nomes da mesorregião sul do estado de Santa Catarina.

foram estabelecidas estruturas produtivas dinâmicas que transformaram as diferentes áreas coloniais em “verdadeiros organismos urbanos” (SILVA, 2011).

Esses “organismos urbanos” tiveram grande impulso dado pela exploração de carvão, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, até metade dos anos de 1970, pela diversificação produtiva, liderada pelos segmentos ceramista, de vestuário e de calçados, reduzindo, assim, a dependência econômica da região sul catarinense no que diz respeito ao carvão. Com a crise do setor carbonífero nos anos de 1990, outras atividades – materiais plásticos, metal-mecânico, molduras, entre outros – passaram a liderar o processo de acumulação na região⁴. Em que pese a relevância desses segmentos na estrutura produtiva e no dinamismo econômico do Sul do estado de Santa Catarina, cabe destacar a importância dos segmentos agropecuários.

A formação sócio-espacial do sul de Santa Catarina foi estruturada por pequenas propriedades (50% com área inferior a 10 ha) e sua agropecuária representou 13,36% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do total da agropecuária catarinense no ano 2019. Ademais, essa estrutura produtiva participa com 61,1% da produção estadual de arroz, 31,1% no processamento da mandioca, 18,3% da produção de fumo, 13,1% na produção de bovinos, 12,2% no abate de frangos, 6,4% na produção de suínos.

A indústria fumageira, principal exportadora da formação regional, tem unidades de processamento de fumo em folha e fumo picado em Araranguá, Sombrio e Maracajá. Nessa mesorregião, estão ainda presentes abatedouros de aves e suínos (JBS/Friboi, Agroliane, Tramonto), empresas privadas e cooperativas de beneficiamento de arroz (Arroz Fumacense, Realengo Copagro, Coopersulca, Cooperja, Coopernova, entre outras). Trata-se de uma série de agronegócios que emergiram posteriormente a 1960, que se consolidaram na década de 1980 e se reestruturaram nos anos de 1990⁵.

Desvendar o desempenho produtivo dos agronegócios da formação sócio-espacial do sul catarinense entre 2003 e 2016 é o objetivo central deste artigo. Justificam-se os anos pós-2003, em

⁴A gênese, a evolução e o processo de reestruturação pós-1990 desses segmentos produtivos foram objetos de estudos de diferentes pesquisadores (GOULARTI FILHO, 2002; VIEIRA, 2009; MAMIGONIAN, 2011; SCHLICKMANN, 2012; BELTRÃO, 2016, entre outros).

⁵ Diferentemente de uma vasta bibliografia que associa agronegócio à produção de *commodities* e ao tamanho da área, definem-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final” (CONTINI et al., 2006, p. 6). Cabe destacar que o processo modernizador da agricultura brasileira pós 1965, assentado na política de crédito subsidiado via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), na política fundiária e tecnológica fez emergir na estrutura produtiva da agricultura brasileira diferentes cadeias produtivas, ou em outros termos agronegócios (DELGADO, 1985, GONÇALVES, 1995).

razão de a economia brasileira ter desenvolvido um ciclo de crescimento condicionado por fatores internos e externos (BIELSCHOWSKY, 2013). Esse ciclo, por sua vez, induziu os agronegócios da formação sócio-espacial do sul de Santa Catarina a uma nova dinâmica na divisão nacional e internacional do trabalho.

Tendo em vista a grande diversidade dos segmentos no interior dos agronegócios⁶, procurou-se destacar o desempenho produtivo das atividades dentro da porteira, com ênfase para as lavouras temporárias, permanentes e a pecuária. Para tanto, foram selecionados os principais produtos com representatividade na produção, área plantada, Valor Bruto da Produção (VBP), VAB e participação na pauta exportadora catarinense⁷.

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. O levantamento bibliográfico englobou a leitura e análise de artigos, teses e dissertações, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Operacionalmente, trabalhou-se com as fontes primárias e secundárias de modo contextualizado. Buscaram-se, ainda, informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA).

Este artigo é composto, além da introdução e da conclusão, de três partes. A primeira parte faz uma síntese do processo de ocupação da formação sócio-espacial do sul do estado de Santa Catarina. A segunda delas ressalta a produção dos agronegócios da FSE do Sul catarinense pós-

⁶ Conforme Gonçalves (2005, p. 34-36), essas atividades dividem-se em: (i) pré-porteira – agroindústrias de bens de capital da agricultura, que responde pelo fornecimento dos insumos e equipamentos – agroindústria de fertilizantes, defensivos, sementes, agroindústria de tratores e colheitadeiras, agroindústria de equipamentos de irrigação e armazenamento; (ii) dentro da porteira – agropecuária, que representa o processo biológico de produção, majoritariamente realizado no campo – lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e animal, criações aquícolas, a pasto e em confinamento; e (iii) pós-porteira – agroindústrias de processamento, agrosserviços da preparação e logística, agrosserviços transacionais (corretoras especializadas em produtos, lobistas e grupos de pressão, corretoras das Bolsas de Mercadorias) e de distribuição (atacadistas, varejistas, empresas exportadoras).

⁷ O VBP é a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período de tempo. O VBP agropecuário representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor na sua íntegra. O VBP agropecuário mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento; é calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil (CUNHA; ESPÍNDOLA, 2020). A estimativa do VBP é elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos e Análises (CGEA), do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos (DCEE), da Secretaria de Política Agrícola (SPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2018b). No entanto, Faria (1983, p. 109-110) assinala que esse agregado macroeconômico pode trazer distorções, como a dupla contagem, por exemplo. Diante disso, elaborou-se o “conceito de Valor Adicionado Bruto (VAB), que é utilizado como medida da riqueza social gerada em uma região ou país em determinado período. A definição do VAB é dada pela diferença entre o VBP e o consumo intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas”.

2003. E, por fim, a terceira seção dedica-se ao impacto do desempenho produtivo dos agronegócios na formação regional em foco.

2. Síntese do processo de ocupação e os agronegócios

O processo de ocupação da formação sócio-espacial do Sul do estado de Santa Catarina foi realizado em diferentes etapas. Teve início no século XVII, com a vinda de paulistas e vicentistas para, inicialmente, aprisionar os índios (HOBOLD, 2005, p. 32 apud BETRÃO, 2016). O gado das antigas missões jesuítas foi aprisionado em estâncias e currais e passou a ser conduzido pela faixa litorânea até Laguna e, posteriormente, enviado para São Paulo.

Contudo, as áreas litorâneas de núcleos esparsos não constituíam, ao governo português, a garantia de posse da região Sul. Tal fato levou o governo de Portugal a implantar, no século XVIII, de Santa Catarina ao Rio Grande, o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses. Tratou-se de uma estratégia geopolítica e geoeconômica. O povoamento açoriano-madeirense fez-se com a implantação de pequenas propriedades, onde os colonos cultivavam a mandioca, feijão, milho, arroz, entre outros produtos, e desenvolviam a pesca e extração de óleo de baleia (MAMIGONIAN, 1998).

Assim, “as terras que anteriormente foram concedidas em forma de sesmarias, mas pouco ou nunca ocupadas, começaram a sediar as primeiras unidades produtivas de caráter mercantil” (BELTRÃO, 2016, p. 110). Tratou-se do estabelecimento de uma pequena produção diversificada, que abastecia a região serrana, as tropas dos militares localizados no Rio Grande do Sul e os mercados do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

A terceira etapa de ocupação do Sul do estado acontece com a chegada dos imigrantes italianos e alemães. Assim, a partir de 1875, na zona litorânea meridional, principalmente nos vales do rio Tubarão e do rio Urussanga, foram implantadas colônias italianas em Azambuja, Grão Pará, Nova Veneza, Orleans, Urussanga, Criciúma (DALL’ALBA, 1983). Nessa mesma área, descendentes de alemães, oriundos de São Pedro de Alcântara/SC, fundaram colônias em Braço do Norte, São Ludgero e Rio Fortuna. Tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores que passaram a desenvolver uma agricultura policultora e mercantil (MEDEIROS, 2006; PAULILO, 1990). Paralelamente, desenvolviam artesanalmente seus meios de produção (instrumentos de trabalho) – um verdadeiro complexo rural, como definiu Rangel (1990). De acordo com Medeiros (2006), a desagregação do complexo rural do Sul do estado de Santa Catarina ocorre, a partir de 1930, com a crescente especialização de bens comercializáveis.

Essas atividades agropecuárias, juntamente com as da mineração e da cerâmica (BELTRÃO, 2016), criaram verdadeiros centros regionais (Criciúma e Tubarão), centros sub-regionais (Laguna e Araranguá) e centros locais importantes, conforme demonstrou Mamigonian (1966).

A partir de 1960, essa estrutura assentada na pequena produção mercantil começa a passar por profundas transformações de ordem técnica e econômica, decorrentes do processo de modernização da agricultura catarinense. Essa modernização objetivava o aumento da produção, da produtividade e a implantação de novas culturas. Para tanto, o processo contou com o aporte financeiro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e de apoio tecnológico do governo federal e estadual (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina).

Dentre as principais alterações destacam-se: (1) a importância do arroz como principal produto da mesorregião; (2) emergência de várias cooperativas e empresas privadas de beneficiamento de arroz; (3) aumento da área plantada das culturas de arroz e fumo (MEDEIROS, 2006; RAMOS, 2011); (4) introdução da fumicultura via sistema de integração (PAULILO, 1990); (5) criação do Frigorífico Sul Catarinense (Frisulca) para abate de suínos e bovinos (adquirido pelo grupo Eliane em 1970); (6) implantação da avicultura de corte (JUNG, 2018).

Nos anos de 1980, essas cadeias produtivas expandiram-se e consolidaram-se via investimentos em aumento da capacidade produtiva, implantação do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (PRÓ-VARZEAS), transferência do sistema de cultivo convencional para o sistema de cultivo pré-germinado, aumento da capacidade de armazenagem, surgimento das cooperativas de irrigação, aparecimento de cooperativas de créditos, introdução de sistema de produção do arroz parboilizado (RAMOS, 2011), e expansão do sistema de integração vertical.

Não obstante, nos anos de 1990, verificou-se um intenso processo de reestruturação técnico-econômico na estrutura regional que se manifestou na crise do setor de mineração e de revestimentos cerâmicos e na expansão do setor têxtil-vestuário e de plásticos (ESPÍNDOLA, 2018). Nos agronegócios, as cooperativas constituíram-se em suporte financeiro aos produtores e ampliaram o número de associados, as empresas privadas abandonaram as estratégias de contratar vendedores e abriram espaços para representantes de vendas, no segmento de proteína animal; a Ceval-Hering adquiriu a Agroeliane, em 1995⁸, e um grupo de ex-diretores da Agroeliane

⁸ “Em relação à estrutura adquirida, US\$ 60 milhões compraram abatedouros de aves e suínos, incubatórios e fábricas de rações, bem como granjas próprias de suínos e aves nos municípios de Urussanga, Araranguá, Maracajá, Forquilha, Cocal do Sul. Os produtores totalizavam 519 de aves e 261 de suínos no geral, e uma estimativa das granjas de aves de 120 a 250 nos municípios próximos de Forquilha” (JUNG, 2018).

implantou, em 1997, a Agrovêneta em Nova Veneza. A unidade tinha capacidade para abater 140 mil aves/dia e gerou 1.900 empregos. Em 2013, a empresa foi adquirida pela JBS no valor de R\$ 128 milhões.

As reestruturações ocorreram ainda dentro da porteira, com a redefinição de produtores integrados, externalização de granjas de matrizes e postura, e o aumento do número de granjas em Treviso, Meleiro, Criciúma, Orleans e Urussanga. Paralelamente, entre 1990-2001, houve redução da área plantada das culturas permanentes (uva e banana), diminuição da área plantada do fumo, em torno 11%, feijão 45%, milho 22% e mandioca em 49%. Em contrapartida, excetuando-se o fumo, que apresentou a mesma produtividade entre 1990-2011, os produtos, como feijão, mandioca e milho, apresentaram crescimento da produtividade. Somente o arroz, aumentou a produtividade em 60,27%, enquanto a área plantada cresceu 22,43%. Excetuando-se o segmento bovino, cuja redução do efetivo ficou em aproximadamente 910%, os segmentos de suínos e aves aumentaram o seu efetivo em torno de 219% e 300%, respectivamente (IBGE, 2019).

Em termos gerais, entre 1995-2000, se, por um lado, aumentou a participação do sul do estado na produção agropecuária catarinense de arroz de 54,8% para 55,0%; de banana de 19,1% para 19,3%; de suínos de 12,2% para 12,7%; de galináceos de 8,8% para 8,9%; e de feijão de 6,9% para 7,9%, por outro lado, reduziu a participação do fumo, da mandioca e do milho em grãos. Esse processo, ao redefinir o papel da região sul catarinense na divisão social e territorial do trabalho, foi ainda impactado pelo ciclo da economia brasileira pós-2003. Assim sendo, duas questões surgem: (1) qual foi o desempenho dos agronegócios do sul do estado pós-2003? (2) E quais os impactos urbanos regionais?

3. O desempenho produtivo dos agronegócios do sul catarinense pós-2003

A economia brasileira, pós-2003, experimentou um ciclo de desenvolvimento econômico, assentado, sobretudo, em fatores internos e externos⁹. Em Santa Catarina, entre 2003 e 2016, o PIB cresceu quatro vezes, passando da casa dos R\$ 64 bilhões para R\$ 257 bilhões. Contudo, o desempenho econômico das atividades produtivas catarinenses foi diferenciado entre os setores e intra setorialmente. Assim, enquanto, entre 2004-2012, diminuiu a participação da indústria no PIB

⁹ Internamente, ressalta-se o crescimento do mercado interno, a evolução do crédito e os investimentos públicos e privados, que resultaram em uma onda de inversões centrada na expansão, diversificação e inovação. Externamente, merecem destaque a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, especialmente no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (BIELSCHOWSKY, 2013).

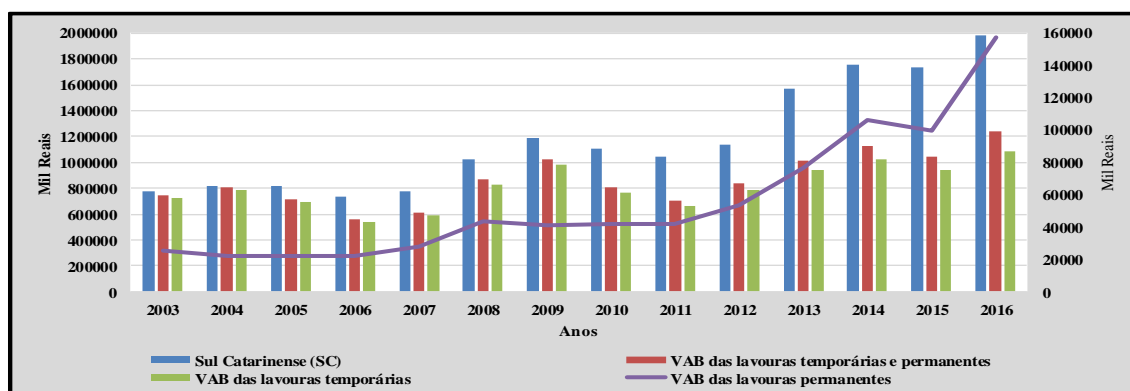
do estado, de 35,9% para 34,1%, cresceu a participação do PIB do Comércio e dos Serviços, de 54,4% para 59,2% (ESPÍNDOLA, 2018).

Apesar da redução da participação da agropecuária catarinense no PIB total de Santa Catarina de 9%, em 2003, para 5,8%, em 2016, constata-se a sua importância significativa na geração de renda na economia de Santa Catarina. Entre 2003-2016, o VBP cresceu de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 29,4 bilhões, representando um crescimento da ordem de 2,5 vezes (EPAGRI/ICEPA, 2017). Em 2015, o VBP das lavouras catarinenses participava com 3,6% do total gerado nas lavouras brasileiras (10,4 bilhões de reais). Na pecuária, o VBP passou, entre 2005 e 2015, de R\$ 10 bilhões para R\$ 14,8 bilhões, o que representa 8,8% do total de valor da pecuária brasileira. Somente o valor bruto da produção de frango cresceu, no mesmo período, de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 7,5 bilhões, ou seja, 17,7% do total gerado na produção de frango no Brasil (BRASIL, 2015).

A formação sócio-espacial do sul catarinense apresenta a menor concentração fundiária do estado, com uma estrutura agrária formada por muitas propriedades com área menor de 50 hectares¹⁰. Entre 2013 a 2016, o valor adicionado bruto da agropecuária cresceu de R\$ 779 milhões, para R\$ 1,9 bilhão, em 2016 – um aumento de 2,46 vezes, o que representa 12,6% do valor gerado por toda a agropecuária catarinense. Desagregando-se o VAB da agropecuária, verifica-se que, enquanto o total do valor gerado pelos agronegócios das lavouras temporárias do sul de Santa Catarina acendeu de R\$ 719 milhões para R\$ 1,2 bilhão, o valor gerado pelas culturas permanentes passou de R\$ 25 milhões para R\$ 146 milhões, no mesmo período, conforme demonstra o Gráfico 1.

¹⁰ Em 2006, “os 24.000 estabelecimentos familiares do Sul Catarinense detêm área de 321.453 hectares e os 3.157 estabelecimentos não familiares detêm 208.789 hectares. Assim, ao relacionar área e estabelecimentos, 86,73% são de proprietários, destacando-se 6,41% de arrendatários, do qual 5,76% se apresentam como agricultores familiares. Ainda sobre a condição dos produtores, há distribuição em 3,16% de ocupantes, de parceiros totaliza 1,29% e agricultor sem área representa 2,0%” (JUNG, 2018, p. 62).

Gráfico 1- Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)

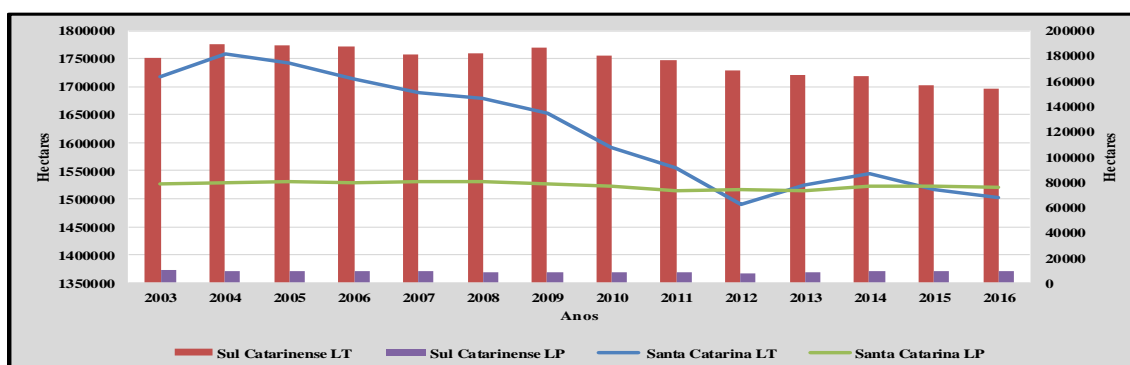


Fonte: IBGE (2019)

Em termos de produto, o VBP da produção do arroz produzido no sul do estado cresceu, entre 2003-2017, de R\$ 223 milhões para R\$ 599 milhões – um aumento de 62%. Em contrapartida, diminuiu a geração de renda da cultura de feijão em 23%, passando de R\$ 18 milhões para R\$ 14,5 milhões. Na pecuária, entre 2003-2017, o rebanho regional de bovinos cresceu 82,50%, enquanto o de suíno cresceu 41,60%, contra 61,53% dos galináceos. Na produção de suínos, a participação regional passou de 12,7%, em 2000, para 18%, em 2015, contra 8,9% para 12,4% de participação da produção de galináceos no total estadual. Chama a atenção ainda o aumento exponencial da produção de leite na mesorregião Sul catarinense, passando de 85 milhões de litros, em 2003, para 214 milhões litros, em 2017. Um crescimento de 2,5 vezes, com destaque para os municípios de Rio Fortuna, Braço do Norte e Grão Pará.

Porém, o desempenho favorável do VBP de alguns produtos, incluindo fumo e mandioca, contrastou com o declínio da área plantada destinada à colheita, conforme Gráfico 2. Da lavoura permanente, a queda foi de 3,1%, passando de 10.014 hectares, em 2003, para 9.711 hectares, em 2016. Das culturas temporárias, a redução da área plantada foi de 12,51%, reduzindo-se de 1,7 milhão de hectares para 1,5 milhão, no mesmo período.

Gráfico 2 – Área plantada das lavouras temporárias e permanentes (Santa Catarina e Sul catarinense)



Fonte: IBGE (2019)

Em termos de produtos, a área plantada de feijão reduziu de 16.866 hectares para 7.277 hectares, o que representa uma queda de 56,86%. O declínio da área plantada com feijão ocorreu em todos os municípios produtores, com destaque para os de Ermo, com 99%; Araranguá, com 92%; e Jaguaruna, com 80%. Já a área plantada de fumo reduziu-se 34,72%. As maiores reduções da área plantada de fumo manifestaram-se nos municípios de Maracajá, com 66,5%; Sombrio, com 63,1%; Meleiro, com 61,5%; São João do Sul, com 58,9%; e Jacinto Machado, com 41,2%¹¹. A queda da área plantada também se manifestou na cultura do milho, que apresentou uma redução em torno de 26%, com destaque para a diminuição de Orleans, que passou de 2.697 hectares, em 2003, para 1.220 hectares, em 2017 – uma queda de 45% da área plantada. Por sua vez, Braço do Norte reduziu de 1.680 hectares para 280 hectares. A redução se manifestou ainda em Meleiro, Nova Veneza, Treviso, Urussanga, entre outros municípios. Em contrapartida, aumentou a área plantada nos municípios de Forquilha, Araranguá, Sombrio, Taió e Criciúma.

Os municípios, como Timbé do Sul, Ermo, São João do Sul e Meleiro, onde o valor gerado no setor agropecuário é superior ao da indústria e do comércio (ESTEVAM et al. 2014), compensaram a queda da área plantada com o fumo com o aumento da área plantada de arroz. A compensação, em alguns casos, como os de São João do Sul e Timbé do Sul, se fez pelo aumento da área plantada de milho em detrimento à redução também da área plantada com feijão.

¹¹ Dados elaborados com base na Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2019). O declínio da produção catarinense de feijão já vem ocorrendo desde meados dos anos de 1990. No caso do fumo, o excesso da produção resultou em queda de preço do produto (EPAGRI/ICEPA, 2013).

Na dinâmica regional da produção das lavouras temporárias, cabe destacar o crescimento da área plantada com soja. Em apenas quatro anos cresceu 402%, passando de 352 hectares, em 2013, para 1.418 hectares, em 2017. Em termos municipais, destacam-se o crescimento da área plantada em Criciúma, em 400%; Forquilha, 266%, Araranguá, em 250%; e Meleiro, 100%.

A dinâmica territorial diferenciada manifestou-se também no efetivo de animais. Assim, para o efetivo de suínos por município, constata-se que, enquanto Braço do Norte cresceu em 1,9 vez o seu efetivo, passando de 153.976 cabeças, em 2003, para 300.500 cabeças, em 2017, Armazém cresceu 6,9 vezes, assumindo um efetivo total de 71.360 cabeças, seguido de Lauro Muller, de 6,1 vezes, com um total de 23.500 cabeças. Crescimentos menores ocorreram em mais três municípios (Urussanga, Grão Pará e Forquilha). Já os municípios de Jaguaruna, Santa Rosa de Lima, Pedras Grandes, Orleans, Nova Veneza, São Martinho e Timbé do Sul tiveram uma redução do seu efetivo, entre 2003-2017, em 28%.

Diante disso, percebe-se uma nova divisão regional do trabalho, com destaque para Braço do Norte, Grão Pará e Armazém, que passaram a concentrar 66,1% do efetivo total, seguido de Orleans, com 7,9%, e Lauro Muller, com 3,0%. Concomitante a concentração territorial acentua-se a especialização nas etapas do processo produtivo, o aumento da escala de produção e a redução do número de estabelecimentos suinícolas¹².

Ao desagregar a participação do efetivo de aves por municípios, é possível constatar uma alteração no padrão territorial da produção. Assim, enquanto se observa uma redução do efetivo de galináceos de 76% em Treviso, 49% em Siderópolis e 23% em Forquilha, ocorre crescimento do efetivo em Braço do Norte (542%), Lauro Müller (475%), Pedras Grandes (526%), Morro Grande (222%), Meleiro (221%), Orleans (218%), Timbé do Sul (216%) e Turvo (150%). A queda de Treviso e o aumento de participação de Lauro Muller já foram antecipados por Jung (2018). Segundo o autor, na região sul do estado havia, em 2014, 781 aviários, concentrando-se 43,79% em Nova Veneza, Siderópolis, Orleans, Turvo e Timbé do Sul. Desse total de aviários, 42,95% abasteciam a unidade da JBS de Morro Grande, 26,60% a unidade de Forquilha e 23% a planta

¹² Até 1990, predominava no estado de Santa Catarina o sistema de produção assentado no ciclo completo, onde o estabelecimento desenvolvia todas as etapas criativas. Recentemente ocorreu um processo de separação da produção em múltiplas operações. Assim, emergiram unidades especializadas na produção de leitões (UPL), unidades de crescimento e terminação (UT) e outros produtores ainda mais segregados. Essa especialização, por sua vez, aumentou o processo de seletividade e exclusão de vários produtores. Para o conjunto da suinocultura catarinense em 1980 existiam 67 mil produtores em Santa Catarina já em 2017, o número chegou a 7.712 suinocultores (ESPÍNDOLA, 2018).

de Nova Veneza (JUNG,2018)¹³. Atualmente o efetivo acima de 1 milhão de cabeças concentra-se em Orleans, Lauro Muller, Turvo e Timbé do Sul. Siderópolis e Nova Veneza apareceram, em 2017, com um total de 833 mil e 610 mil frangos, respectivamente. Jung (2018) ressalta que, na avicultura, vem ocorrendo um processo de seletividade dos produtores integrados por parte das empresas. São produtores altamente tecnificados, capazes de responderem a demanda das empresas.

Em termos gerais, verifica-se um processo de introdução de novas culturas (soja) e a redução de outras (fumo e feijão). Isso, por sua vez, altera a característica da formação regional na divisão territorial do trabalho na escala regional/nacional/internacional. Chama a atenção o grau de especialização produtiva que vem tomando corpo a partir de 2003. Nesse sentido, é emblemático o caso do município de Lauro Müller, com uma redução da área plantada em 63%, entre 2003-2017, e uma elevação do efetivo de suínos e frangos. Caso semelhante ocorre com Grão-Pará. Ademais, o intenso processo de aumento das escalas de produção, mesmo com redução de número de produtores, área plantada e a crescente intensificação tecnológica, vem promovendo um processo de seletividade e exclusão de produtores. O crescimento da produção e a geração de valor promoveram uma crescente riqueza cujos efeitos na vida econômica das estruturas urbanas são consideráveis.

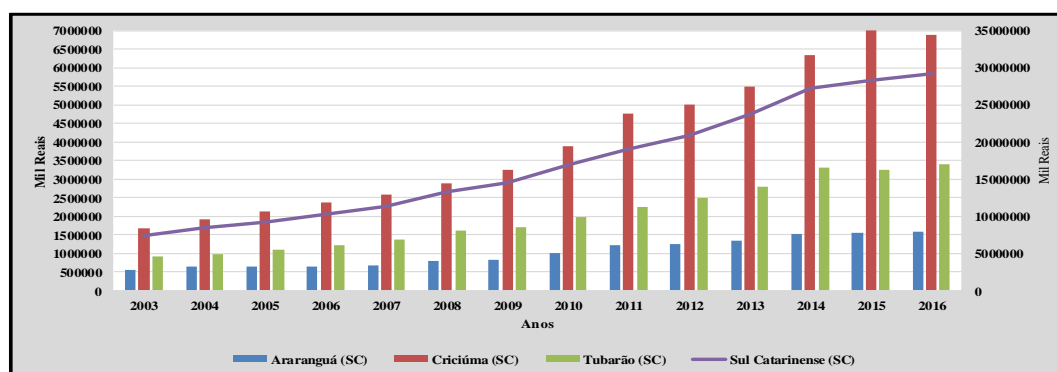
4. O impacto do desempenho dos agronegócios na formação sócio-espacial regional

O desempenho produtivo dos agronegócios teve impactos na estrutura urbana do sul catarinense. O primeiro impacto diz respeito à contribuição dos agronegócios na geração de valor. Entre 2003-2016, o PIB catarinense cresceu de R\$ 64 bilhões para R\$ 257 bilhões. Já o da mesorregião (em valores correntes) subiu de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 29,1 bilhões, conforme Gráfico 3¹⁴. Do total de R\$ 29,1 bilhões, 6,5% advêm da agropecuária. Ainda com base no Gráfico 3, constata-se que Criciúma cresceu de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 6,8 bilhões, enquanto Tubarão passou de R\$ 914 milhões para R\$ 3,4 bilhões.

¹³ Cabe destacar que, em 2006, no município de Morro Grande é implantado o abatedouro de aves Tramonto, com capacidade para abater 120 mil aves/dia. Em 2015, o frigorífico Tramonto é adquirido pela JBS e funcionou até outubro de 2017, quando encerrou as atividades, demitindo mais de quinhentos funcionários e desintegrando 120 avicultores (JUNG, 2018).

¹⁴ Excluindo-se os municípios de Pedras Grandes, Garopaba e Balneário de Rincão, entre 2004-2009, o PIB per capita regional apresentou um crescimento de 59,79%, passando de R\$ 10.304,38 para R\$ 16.465,28.

Gráfico 3 – PIB do Sul catarinense e municípios selecionados



Fonte: IBGE (2019)

A totalidade dos municípios que compõem a mesorregião apresentou taxas de crescimento do PIB. Os próprios municípios, como Ermo, Meleiro, São João do Sul e Timbé do Sul, com a maior renda gerada no segmento agropecuário, tiveram crescimento do PIB em 218%, 289%, 309% e 294%, respectivamente. Contribuiu para o bom desempenho do PIB regional e municipal a geração do Valor Adicionado Bruto dos setores produtivos. Enquanto o setor agropecuário cresceu de R\$ 779 milhões, em 2003, para R\$ 1,9 bilhão, em 2016, a indústria gerou um valor de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 6,8 bilhões. Somente o setor de serviços cresceu de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 17 bilhões.

Para o conjunto desses setores, contribuíram, além do desempenho produtivo, os novos investimentos produtivos realizados. Nos agronegócios, destaca-se a inversão de capitais realizados pelas cooperativas e indústrias beneficiadoras de arroz. Além dos investimentos em máquinas e equipamentos, e diversificação da linha de produtos, partiram para inversão no ramo da construção civil e hoteleiro. Em 2004, uma empresa adquiriu um *shopping center*. Já as cooperativas (Coopersulca, por exemplo), investem, desde os anos de 1980, na criação de lojas agropecuárias, lojas de peças para tratores, oficinas mecânicas, supermercados, central de distribuição e cooperativas de crédito ao produtor. A Coopoagro, localizada em Tubarão, direcionou investimentos em uma indústria de conservas. Ademais, tanto as cooperativas como as empresas agroindustriais investiram em empresas de transporte (OLIVIO; CARVALHO JUNIOR, 2017). Já em Araranguá, deu-se início, em 2010, à construção da nova unidade de compra e processamento de

tabaco da Alliance One Brasil; resultado de um investimento de R\$ 100 milhões, a nova fábrica gerou aproximadamente, 1,5 mil empregos diretos, entre efetivos e temporários¹⁵.

O crescimento econômico da formação econômica regional ampliou as chances de novas atividades formadoras de renda para um conjunto de produtores. Assim, segundo Mior et al. (2013), o valor econômico gerado, em 2009, pelas pequenas “agroindústrias familiares” no sul catarinense respondeu por 16,7% do total do valor da produção gerado por esse segmento no estado. A agroindústria de leite e derivados, representando 19% do valor do estado, é a de maior expressão econômica, com R\$ 4,3 milhões, “seguida pela da mandioca e derivados (16,4% do estado), de suínos e derivados (13,3% do estado), de massa/panificação (11,2% do estado) e a de cana-de-açúcar e derivados” (MIOR et al. 2013, p. 4).

O dinamismo geoeconômico da região foi ainda impulsionado pelo crescimento das exportações. As exportações do Sul de Santa Catarina, entre 2004-2011, cresceram 125%, enquanto as importações aumentaram 336,2% (FIESC, 2014). Entre 2009-2015, as exportações totais da região passaram de US\$ 422.610 milhões para US\$ 541.607 milhões, o que representa um aumento de participação da região de 5,5% para 7,8% das exportações totais catarinenses. Seabra et al. (2017) ressaltam que a taxa de crescimento anual das exportações da região sul do estado foi de 4,2%, enquanto a estadual foi de apenas 0,8%. Já as importações reduziram-se e representam de 4,3% para 3,3% de participação das importações totais catarinenses (SEABRA et al., 2017).

Em termos de produtos exportados, verifica-se o significativo peso dos agronegócios. Somente, as exportações de carne de frango representam 37,1% das exportações totais do sul do estado, seguindo-se o fumo, com 27,3% de participação, em 2015. Isto é, 64,4% das exportações totais advêm de dois produtos do agronegócio. Entre 2009-2015, as exportações de carne de frango cresceram 51,1%, enquanto as de fumo 85%¹⁶. A maior parte da produção agropecuária da

¹⁵ Conforme <https://ndmais.com.br/noticias/inauguradas-instalacoes-de-fumageira-em-ararangua/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

¹⁶ Dados fundamentados em Seabra et al. (2017). Segundo os autores, “apesar da predominância das exportações de produtos de menor valor agregado e baixa intensidade tecnológica (como a carne de aves e o fumo), a região sul do estado não concentra seus esforços de produção apenas nesses setores” (SEABRA et al., 2017, p. 45). Uma boa parte da bibliografia insiste que os produtos dos agronegócios não são uma atividade industrial em virtude do baixo valor agregado. A geração de valor em uma atividade produtiva não tem necessariamente a ver com o preço por tonelada do produto vendido, mas sim com o Valor da Transformação Industrial, medida pela diferença entre as vendas do produto acabado e o consumo de matéria-prima e operações. Ademais, para elaborar os produtos dos agronegócios (dentro e fora da porteira), é necessário mover uma complexa rede de indústrias correlatas e prestadoras de serviços. Para mais detalhes, ver LAZZARINI, S. G. et al. (2013).

formação sócio-espacial do sul do estado destina-se ao Japão, EUA, Alemanha, Argentina, entre outros países.

Esse dinamismo geoeconômico promoveu alterações na dinâmica populacional e no mercado de trabalho. A mesorregião sul do estado de Santa Catarina, com um total de 925.065 habitantes, em 2010, e 81,4% de sua população urbanizada, apresentou uma taxa de crescimento de 15,81%, entre 2000-2010. Estes três municípios, Criciúma, Tubarão e Araranguá, apresentam um total de 350.853 habitantes, o que representa 37,9% do total da mesorregião. Somente Criciúma representa 20,78% do total da mesorregião, e Tubarão, 10,51% (IBGE, 2010).

Em termos de variação do crescimento da população, as quatro maiores cidades da região continuam mantendo um bom nível de crescimento. Nesse aspecto, Criciúma, Tubarão, Araranguá e Içara obtiveram variação de 12,84%, 9,91%, 12,07% e 20,97%. Em alguns, casos como Araranguá houve crescimento da população urbana e rural entre 2000-2010, respectivamente 12,15% e 11,70%. Já Criciúma reduziu sua população rural em 84,58% e Tubarão em 50,71%. Na concentração urbana, Criciúma constitui-se, juntamente com Tubarão, o núcleo do arranjo populacional. Já Araranguá constitui-se como núcleo de arranjo populacional de centro sub-regional, conforme demonstra o IBGE (2016).

Entre as cidades que “obtiveram crescimento negativo no período entre 2000-2010, encontram-se Praia Grande, Timbé do Sul, Ermo, Morro Grande, Meleiro, Gravatal, São Martinho, Jacinto Machado, Imaruí, Pedras Grandes” (ESTEVAM et al. 2014, p. 14). Em vários municípios as maiores perdas populacionais ocorreram, sobretudo na área rural. Em Imaruí, por exemplo, 1.828 pessoas deixaram o meio rural entre 2000-2010, uma variação negativa de 19,4%. Em Pedras Grandes, enquanto a perda total de população foi de 814 habitantes, passando de 4.921 para 4.017, a população urbana majorou de 865 moradores para 1.261, e a população rural reduziu-se de 4.056 habitantes para 2.846. Processo semelhante ocorreu em Jacinto Machado, que apresentou uma perda de 909 pessoas da área rural.

Todos os municípios da mesorregião que apresentaram acréscimos de sua população urbana tiveram as maiores perdas nas áreas rurais. Contudo, em alguns casos o crescimento da população urbana foi menor que o total do abandono da população da área rural. Em outros casos, Timbé do Sul, por exemplo, a perda da população total se manifestou na diminuição de pessoas na área rural e urbana. Cabe ressaltar que Timbé do Sul apresenta a menor taxa de natalidade regional. A mudança sociodemográfica na região manifesta-se ainda na redução da população jovem e o aumento da população adulta e idosa.

Neste sentido, dois processos emergem: um decorrente das transformações nas áreas rurais que aceleraram a expulsão de parte da população para as áreas urbanas e, outro, que expelle a população urbana e rural para outras cidades.

Segundo Estevam et al. (2014, p. 14), para o caso da microrregião de Araranguá, o fato de os municípios serem interioranos e a falta de emprego acarreta a “migração dessas pessoas para cidades polos maiores, ou até mesmo para o estado do Rio Grande do Sul, devido à proximidade geográfica” (ESTEVAM et al. 2014, p. 14). Contudo, em Morro Grande, enquanto a redução da população total foi de apenas 27 pessoas entre 2000-2010 (de 2.917 para 2.890), o número de empregos formais cresceu de 286 para 2.365. Vários outros municípios da microrregião de Araranguá apresentaram crescimento do número de empregos, aumento do (VAP) e redução da população.

O número de emprego formal do sul catarinense acompanhou a tendência de crescimento do mercado de trabalho catarinense¹⁷. Excluindo-se os municípios de Pedras Grandes, Garopaba e Balneário de Rincão, entre 2006-2011, a quantidade de empregos cresceu de 193.974 para 250.282 (FIESC, 2013). Em Criciúma, entre 2006-2011, os empregos gerados passaram de 51.484 para 63.119. Já, em Tubarão, houve aumento de 29.035 empregos para 38.176, no mesmo período.

O aumento do número de empregos fez-se nos setores agropecuários, industrial e de serviços. Em Araranguá, entre 2003-2008, o número de empregos na agropecuária cresceu de 217 postos de trabalho para 266. Em contrapartida, houve redução em Criciúma e Tubarão. Cabe destacar que em Araranguá a “agropecuária tem uma participação próximo dos 10%, enquanto nos outros dois municípios ela gira em torno de 1% a 2%” (NOVAES; SANTOS; PASCOALI, 2013, p. 19)¹⁸. Vale ressaltar ainda que nos municípios onde a principal atividade geradora de valor é a agropecuária, a geração de emprego foi crescente. Enquanto, em Timbé do Sul, o número de

¹⁷ Para o conjunto do estado, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu 17,5% entre 2001-2011 (MATTEI et al., 2013). Na média, as taxas anuais de crescimento do emprego no estado de Santa Catarina foram de 5,06%, entre 2000-2011. Entre 2005-2014, o número de empregos formais no estado catarinense passou de 1,2 milhão de vínculos para 1,8 milhão, o que representou um crescimento da ordem de 52,21% (WENNINGKAMP; LIMA, 2016).

¹⁸ Apesar do baixo número de empregos gerados pela agropecuária e, em alguns casos redução, cabe salientar que isso é uma tendência geral da agricultura mundial, brasileira e catarinense, em virtude da introdução de inovações tecnológicas. Na agropecuária catarinense, em 2017, existiam 497,8 mil pessoas ocupadas na área em questão. Entre 1985 e 2017, reduziu-se em quatrocentos mil os postos de trabalho. Entre 1975-2006, o número de pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário caiu de 4,2 pessoas/estabelecimento para três pessoas/estabelecimento (MARCONDES, 2016, p. 27). Vale destacar também que “do total de 497,8 mil pessoas ocupadas em 2017 na agropecuária catarinense 401,4 mil são pessoas com laços de parentesco com o produtor” (FERRARI et al., 2018, p. 12).

empregos cresceu de 609 para 682, em Ermo cresceu de 169 empregos para 297, contra um aumento de 870 empregos para 1.429, no município de Meleiro, no mesmo período.

Pelo exposto o desempenho dos agronegócios teve impacto na geração de renda via crescimento da produção, novos investimentos e aumento das exportações regionais. A dinâmica geoeconômica contribuiu nas variações do crescimento da população urbana e rural e no mercado de trabalho. Afirmou-se que todos os municípios da região apresentaram crescimento no número de empregos ofertados.

Contudo, mesmo com o crescimento do mercado de trabalho ocorreu em vários municípios uma perda da população total. Isto sugere que a mobilidade populacional está muito mais associada às transformações dos sistemas produtivos dos agronegócios e as mudanças sociodemográficas. Os sistemas produtivos (dentro da porteira) mais intensivos em tecnologia, ao mesmo tempo em que requer mão-de-obra mais qualificada, promove a expulsão de parte da força de trabalho. O aumento, em ritmos variados, da população adulta e velha em vários municípios da região sul catarinense altera a composição pelo lado da oferta do mercado de trabalho. Essa mão-de-obra, com baixa escolaridade e menos qualificada, não consegue inserir-se nos novos espaços do mercado de trabalho urbano. Por sua vez, o processo de expulsão “levou a formação de bolsões de pobreza na região litorânea, que engloba diversos municípios como Laguna, Imbituba, Jaguaruna e Tubarão” (ESTEVAM *et al.*, 2014, p. 17).

5. Considerações finais

Procurou-se demonstrar, neste texto, que o processo de ocupação da formação sócio-espacial do sul de Santa Catarina realizado na base de pequenos produtores contribuiu na construção de estruturas produtivas dinâmicas. Tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores que passaram a desenvolver as culturas do milho, feijão, arroz, uva, cana de açúcar, entre outras. A partir de 1960, essa estrutura assentada na pequena produção mercantil começou a passar por profundas transformações de ordem técnica e econômica, decorrentes do processo de modernização da agricultura catarinense. Tratou-se da constituição de verdadeiros agronegócios, que passaram por transformações ao longo das décadas de 1970 e 1990 e que redefiniram o papel da região sul catarinense na divisão social e territorial do trabalho.

Argumentou-se que, no período entre 2003-2016, as alterações manifestaram-se na evolução do Valor Bruto da Produção animal e vegetal. Todavia, a elevação das rendas geradas contrastou com a queda da área plantada de produtos, como feijão, milho, fumo, entre outros. Em

contrapartida, ocorreu uma ampliação da área plantada com soja e arroz. A estrutura produtiva apesar de se apresentar diversificada, vem passando por um processo de reconfiguração regional da produção dos agronegócios, caracterizado pela concentração/desconcentração da produção, dispersão, seletividade e exclusão. Esses processos estão acelerando a especialização produtiva territorial e a diferenciação social.

Demonstrou-se, ainda, que o dinamismo geoeconômico das atividades produtivas se manifestou na elevação do PIB regional e municipal, e nas exportações. Isso, por sua vez, teve efeito direto na dinâmica regional urbana, principalmente, na questão demográfica, via mobilidade espacial, e no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. *A Indústria nos pequenos municípios do Sul de Santa Catarina*. 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três Frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: *Texto para Discussão*. n. 1828, Brasília: IPEA, 2013. 25p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro*. 2015. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- CARVALHO JR., Luiz Carlos de. Cadeia produtiva de fumo. In: CARIO, Silvio Antonio Ferraz. *et al.* (Org.). *Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva*. Blumenau: Nova Letra, 2008. p. 404-444.
- CASTRO, Iná Elias de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. *Anuário IGEO*. v. 15,. Rio de Janeiro, 1992. p. 21-25. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/download/5932/4529>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CONTINI, Elisio *et al.* Evolução recente e tendências do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*. CONAB: Brasília 2006. p.5-28.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina: documentário*. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 183 p.
- CUNHA, Roberto César Costa; FARIAS, Fernando Rodrigo. **Dinâmica** produtiva e ordenamento territorial dos agronegócios do Mato Grosso do Sul pós-2003. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 71, p.130-153, mai 2019.
- DELGADO, G. da Costa. **Capital** financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985. Campinas: UNICAMP. 1985.

- EPAGRI/ICEPA. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** (2004; 2009; 2013; 2017). EPAGRI/ICEPA:Florianópolis. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210. Acesso em: 18 mar. 2018.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. O Impacto geoeconômico da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses pós 1990. **Revista Formação**. v. 25. n.44 Unesp/ Presidente Prudente. 2018. p.97-117.
- ESTEVAM, Dimas de Oliveira; JORGE, Tiago Pereira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Características socioeconômicas da região do extremo sul catarinense: uma análise entre o rural e o urbano. **Revista Necat**, Florianópolis:NECAT, v.3. n.6, 2014. p.31-56.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. Sobre o conceito do valor agregado: uma interpretação In: **Ensaio FEE**. 3(2). Porto Alegre, 1983. p.109-118
- FERRARI, D. L. As mudanças estruturais na agricultura catarinense. Análise a partir dos censos agropecuários. In: **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2017-2018**. EPAGRI/ICEPA: Florianópolis, 2019. p.08-22
- FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados** (2013; 2014). FIESC: Florianópolis. Disponível em: http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_2013_.pdf. Acesso em: 15 mar. 2015.
- GONÇALVES, J. S. **Agricultura sob a égide do capital financeiro**: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações econômicas, São Paulo: IEA, v. 35, 2005. p.7-36.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007. 320 p.
- IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v.1. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em: 4 maio 2019.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**: 2007. 2008. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: 8 mai. 2019.
- IBGE. **Censo Demográfico**: 2000; 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 7 abr. 2019.
- IBGE. **Produto interno bruto dos municípios**, (2013; 2019). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46. Acesso em: 8 maio 2019.
- JUNG, Gilvani Mazzuco. **Trabalho e resistência**: a experiência subordinada de avicultores no sul catarinense (1990-2016). 2018. 289 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2018.

- LAZZARINI, Sergio G. et al. Commodities no Brasil: maldição ou benção. In: BACHA E; BALLE, M. B. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.201-225.
- MAMIGONIAN, A. Vida Regional em Santa Catarina. In: **Orientação**, n. 2. São Paulo, IG-USP, 1966. p.35-38
- MAMIGONIAN, Armen. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. ANDRADE, Manoel Correia de *et al.* (orgs). **O mundo que o português criou**. Brasil Século XVI. Recife: CNPq/Fjn, 1998. p.67-78.
- MAMIGONIAN, Armen. **A indústria de Santa Catarina**: dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p.73-121.
- MARCONDES, Tabajara. Agropecuária em Santa Catarina: Cenário atual e principais tendências. In: **Revista NECAT**, ano 5, n. 9. Florianópolis: NECAT, 2016, p. 8-38.
- MATTEI, Lauro Francisco.; LAVRATTI, Bruna Boni.; PELED, Rayana de Azevedo. Comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2011. In: **Revista NECAT**, ano 2, n. 3. Florianópolis: NECAT, 2013. p.30-45.
- MEDEIROS, Marlon Clóvis. **Industrialização e agricultura**: o complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina. Cascavel: Edunioeste, 2006. 189p.
- MIOR, Luiz Carlos. et al. **Caracterização** das agroindústrias familiares e das redes de cooperação no sul catarinense. Florianópolis: Epagri, 2013. 10p.
- NOVAES, Carlos Eduardo; SANTOS, Lincon Coelho dos; PASCOALI, Maurício. Análise econômica da mesorregião sul de Santa Catarina. **Texto para Discussão**, Florianópolis: NECAT, 2014. 57 p.
- OLIVO, Laís Simon; JUNIOR, Luiz Carlos de Carvalho. Estratégias de crescimento das empresas beneficiadoras de arroz do extremo Sul catarinense adotadas no final da primeira década do presente século. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FABRIS, Thiago Rocha (Org.). **Ensaio sobre a economia Sul Catarinense**. Criciúma: UNESC, 2017. p.165-184.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 1990. 185p.
- RAMOS, Janaína. **Dinâmica** sócio espacial da cadeia produtiva do arroz irrigado na microrregião de Araranguá-SC. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- RANGEL, Ignácio. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. São Paulo: Bial, 1990. 80 p.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: **A formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SCHLIKMANN, Paulo Henrique. **Estudo Geográfico das indústrias de plástico de São Ludgero-SC**. 2012. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SEABRA, Fernando *et al.* Dinamismo do comércio exterior da região sul de Santa Catarina – 2009-2015. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FABRIS, Thiago Rocha (Org.). **Ensaio sobre a economia Sul Catarinense**. Criciúma: UNESC, 2017. p.15-48

SILVA, Marcos Aurélio da. Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento regional e urbano: notas sobre o Sul do Brasil. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 161-180.

VIEIRA, Keith Isoppo. **Gênese e evolução da indústria cerâmica catarinense**. 2009. 243 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

WENNINGKAM, Keila, LIMA, Jandir Ferreira de. Evolução e qualificação do emprego formal no sul do Brasil. In: **Textos de economia**, v.19. n.1. Florianópolis: UFSC, 2016. p.1-21. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175->. Acesso em: 5 mai. 2019.